

INCLUSÃO ESCOLAR E SEUS OBSTÁCULOS NA CONTEMPORANEIDADE

Rosivel De Cassia Cazuni Jabornik¹

RESUMO: O presente artigo pretende demonstrar uma reflexão a respeito da inclusão escolar de alunos portadores de necessidades especiais, apresentando fatos e transformações ocorridas com o passar dos anos, suas conquistas e projetos futuros que poderão ser desenvolvidos ao longo do tempo para o aprimoramento das circunstâncias ainda mal resolvidas. Dissociado na história e no papel do professor dentro da inclusão escolar desses alunos, pode-se perceber que apesar de muitos esforços, a educação inclusiva ainda não é um sonho concretizado em todos os ângulos, pois há muito a se lutar para chegarmos a uma educação digna, justa, igualitária e livre de qualquer preconceito. É preciso saber de que forma o sistema de ensino poderá beneficiar as pessoas com necessidades especiais, levando em conta suas especificidades e não suas limitações e deficiências, buscando a autonomia e liberdade dos mesmos na conquista da inclusão de verdade. Desta forma, a inclusão escolar acabará sendo, cada vez mais, uma parte do cotidiano das pessoas, passando a ser vista com naturalidade aos olhos de todos.

Palavras-chave: Inclusão. Respeito. Diversidade. Desafios

Considerações iniciais

O trabalho a seguir é uma reflexão a respeito da inclusão de alunos com necessidade especiais no ensino regular. Levando em conta os prós e contras da inclusão. Pretendemos, através deste artigo, refletir sobre os espaços conquistados pela educação especial ao longo do tempo, e as dificuldades ainda encontradas pelos professores de quebrar barreiras para uma inclusão de verdade no ensino regular.

Educadores do mundo todo tem se deparado, nos últimos anos, com uma nova e desafiadora questão no processo educacional: a inclusão no ensino regular de alunos portadores de necessidades especiais. Contudo, a inclusão trás muitos questionamentos aos professores e técnicos que atuam nessa área. Por isso é necessário avaliar a realidade e as opiniões sobre a temática Inclusão Escolar, a fim

1 Graduada em Pedagogia, pela Universidade Internacional de Curitiba. Artigo científico escrito como requisito para a conclusão do curso de Pós-Graduação Educação e a interface com a Rede de Proteção Social – UNOCHAPECÓ. Orientador Prof. Me. Gilberto Oliari. Agosto de 2015.

de possibilitar novas compreensões acerca do tema, ampliando o campo de debate e de produção do conhecimento.

Observa-se com frequência, a dificuldade dos professores, a partir de suas falas carregadas de preconceitos e estigmas, frustrações e medo: "não sou capaz disso", "não sei por onde começar", "é preciso ter uma equipe técnica na escola", "a direção não entende", "vai prejudicar os outros alunos", "não vou beneficiar o aluno com deficiência", "a criança com deficiência sofre rejeição dos outros alunos", "preciso de assessoramento em sala de aula, tanto para os com deficiência, quanto para os de altas habilidades", ficamos angustiados e sem ação frente a esse aluno", "precisamos de pessoal qualificado que nos ajude a amenizar a angústia que temos ao trabalhar com eles", "o professor encontra-se perdido quanto à inclusão", "alunos e professores despreparados para aceitá-los", "imposto pelo MEC as escolas tem que recebê-los", "qual as metodologias mais rápidas, eficientes e adequadas ao nosso aluno?", "necessitamos treinamento específico", "não somos preparados para atuar em todas as áreas", "como alfabetizar o deficiente?", "como realizar prova diferente para o aluno especial?", que atitude tomar com a criança hiperativa se os outros alunos não aceitam o diferente?", "o professor encontra-se perdido diante o aluno portador de necessidades especiais", "como trabalhar esse aluno na parte psicológica?", "os professores são despreparados para atender melhor o aluno especial".

De acordo com Fernandes (2007, p. 15):

A educação especial é uma área de estudo relativamente nova no campo da pedagogia. Até o século XVI não havia na sociedade a preocupação em oferecer atendimento educacional às pessoas consideradas "diferentes" das demais. Assim, doentes mentais, pessoas com deformidades físicas ou que não falavam e outras, historicamente, estiveram excluídas do processo de aprendizagem acadêmica e da participação ativa em sociedade em virtude das diferenças que apresentavam.

Este trabalho encontra-se dividido em duas partes: na primeira faz-se uma reflexão teórica a partir da história da inclusão/exclusão de pessoas com deficiências na educação institucional e na sociedade de forma ampla. Na segunda parte refletimos sobre o papel do professor, como um agente de mediação e inclusão dos estudantes com deficiência na escola.

Inclusão Escolar

Como constam em alguns livros de história (“História Social da Criança e da Família” (ÁRIES, 1981) e “História Social da Criança Abandonada” (MARCÍLIO, 1998), no início dos tempos, no período histórico das antigas civilizações, apenas as pessoas nobres tinham o poder político, econômico e social. Pessoas fortes, com corpos perfeitos, belos, com alta capacidade intelectual, eram aspectos relevantes para a cidadania nessas sociedades. Pessoas sem esse padrão eram consideradas aberrações, uma vez que não tinham utilidade nenhuma para a vida e sociedade, e acabavam sendo abandonadas ou até mesmo exterminadas.

No ponto de vista de Misés, apontado por Stobaus e Mosquera (2003), em um trecho de um manuscrito de governantes espartanos, na Antiguidade:

Nós matamos os cães danados e touros ferozes, degolamos ovelhas doentes, asfixiamos os recém-nascidos mal constituídos; mesmo as crianças se forem débeis ou anormais, nós as afogamos, não se trata de ódio, mas da razão que nos convida a separar das partes sãs aquelas que podem corrompê-las (p. 20).

Era muito comum, neste período, o ato de abandonar crianças em montanhas e florestas em decorrência de suas imperfeições, por serem consideradas ameaça a sociedade daquela época. Obviamente que se faz necessário pensar que naquele período histórico não haviam instituições capazes de acolher as diferenças, a grande maioria dos sujeitos precisava ou trabalhar para garantir a subsistência ou, ficar de alerta para guerrear, tratando de defender os grupos.

Em virtude do fortalecimento do cristianismo e da Igreja Católica, na Idade Média, esses atos começaram a ser questionados, modificando assim a política da sociedade. É neste instante, que clero e nobreza começam a andar lado a lado. Dessa forma, ambos passam a ter, além do domínio econômico, influência sobre a definição dos valores e dos princípios da sociedade, reconhecendo, mesmo que ainda de forma incerta, que todos os homens são criaturas de Deus, com ou sem deficiências.

De um lado, as pessoas com deficiências ainda eram vistas como seres castigados por Deus, pelos pecados cometidos, muitas vezes pautados nos pecados cometidos pelos seus progenitores. As crises de epilepsia ou atitudes psicóticas

eram consideradas como feitiçaria ou possessões do diabo. Anões e pessoas com deficiências físicas serviam para a distração dos nobres, sendo expostas em praças públicas. De outro lado, essas pessoas eram interpretadas como pessoas escolhidas por Cristo, pessoas abençoadas com poderes sobrenaturais de vidência. E é desse ponto de vista que surgem os primeiros abrigos e asilos, onde as pessoas doavam esmolas e prestavam caridade, afim de conduzirem-se à salvação.

No século XVI, a igreja passa a dividir com a medicina o tratamento das pessoas consideradas “anormais”: parálíticos, doentes mentais, leprosos, entre outros. Este período ficou conhecido como período da segregação das pessoas com deficiências em instituições. Ou seja, eram retiradas de seu convívio social e familiar e internadas em locais “especiais”.

Após o fim da Idade Média, o Renascimento, o Iluminismo e a Revolução Burguesa (séc. XVII), a medicina ganha *status*, ampliando suas possibilidades de pesquisa e de conhecimentos, e a Igreja Católica acaba perdendo seu poder absoluto. Dessa forma, as ciências naturais passam a fornecer explicações científicas sobre as condições de deficiência.

De acordo com Fernandes: “a primeira explicação a deficiência é com base na genética, onde passou-se a acreditar que essa seria a origem dos distúrbios físicos e intelectuais, descartando assim, as possibilidades de mudanças dessa condição”(2007, p. 23). Dessa forma, quando se passa a acreditar com maior confiabilidade nos conhecimentos científicos, começa-se a perceber que na verdade as deficiências podem ser algo natural à genética humana. Com isso vislumbra-se um prelúdio de inclusão dessas pessoas, a sociedade dita “normal ou eficiente”

A partir do século XVI poucas foram as mudanças na concepção de atendimento às pessoas com deficiência (BIANCHETTI, 1998). Bueno (1993) chama a atenção para o fato de que o atendimento estava restrito apenas às pessoas cegas e surdas, que eram aquelas que apresentavam maiores possibilidades de participar do processo produtivo de industrialização que se intensifica.

E foi somente no século XX que as concepções de atendimentos às pessoas portadoras de necessidades especiais começam a mudar. Foram diversos os fatores que contribuíram para essa mudança, dentre eles, destacam-se os avanços científicos, que permitiram uma análise mais avançada dessas pessoas. Não

podemos deixar para trás outro fator de grande relevância, que foram os movimentos sociais que surgiram depois da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), período onde ocorreram inúmeros atos desumanos por parte das grandes potências ocidentais, que monopolizaram todo o desenrolar da guerra.

Com a criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH (Assembleia Geral das Nações Unidas, 1948), passam a vigorar políticas públicas e instrumentos jurídicos na grande maioria dos países. Com isso há o reconhecimento de um conjunto de direito das minorias, antes excluídas, segregadas e estigmatizadas.

A DUDH passa a pontar para a necessidade de olhares mais voltados a humanização dos diferentes processos e instituições que trabalham diretamente com seres humanos. Vista de uma forma mais humana e igualitária, a inclusão escolar hoje, significa acolher todas as pessoas, desde crianças até adultos sem exceção, no sistema de ensino, independentemente de cor, classe social e condições físicas e psicológicas. O termo Inclusão é associado mais à inclusão educacional de pessoas com deficiência física e mental.

A ideia constitui-se em um “conjunto de práticas que subjetivam os indivíduos de forma que eles passem a olhar para si e para o outro, sem necessariamente ter como referência fronteiras que determinam o lugar do normal e do anormal, do incluído e do excluído” para que a sociedade em geral possa entender e aceitar da melhor forma a inclusão das pessoas com necessidades especiais (LOPES, 2009).

As escolas também devem ter professores de ensino regular preparados (2º professor) para ajudar e auxiliar alunos com necessidades especiais a se integrarem nas classes comuns. O professor auxiliar deve coordenar o trabalho e planejar as atividades. O auxiliar não foge do tema da aula, que é comum a todos os alunos, mas o adapta da melhor forma possível para que o aluno consiga acompanhar da melhor forma o resto da classe. Ou seja, uma criança portadora de deficiência tem o direito de frequentar a escola regular e não apenas a escola especial, conforme consta no parágrafo III do artigo 208 da Constituição Federal de 1988.

Mas a preparação da escola não deve ser apenas dentro da sala de aula: alunos com deficiência física necessitam de espaços modificados e adaptados, como rampas, elevadores (se necessário), corrimões e banheiros adaptados. Além

de todo o material pedagógico necessário, engrossadores de lápis, apoio para braços, tesouras especiais e quadros magnéticos são algumas tecnologias que podem ajudar o desempenho das crianças e jovens com dificuldades motoras.

A inclusão, como consequência de um ensino de qualidade para todos os alunos provoca e exige da escola brasileira novos posicionamentos, pois requer uma postura crítica e reflexiva por meio da apropriação de conhecimentos a respeito da educação especial, e este é mais um motivo para que o ensino se modernize e que os professores aperfeiçoem as suas práticas. É necessário uma inovação que implica num esforço de atualização de conhecimento e reestruturação física das condições atuais da maioria das escolas básicas, buscando a garantia dos direitos de cada aluno com necessidades especiais.

O motivo que sustenta a luta pela inclusão como uma nova perspectiva para as pessoas com deficiência é, sem dúvida, a precariedade da qualidade de ensino nas escolas públicas e privadas.

Não é novidade para ninguém que as escolas ainda não tenham todo o suporte físico e pedagógico para receber os alunos portadores de necessidades especiais, mas deve-se buscar, a cada instante, uma significativa melhoria de modo que as mesmas se tornem aptas para responder às necessidades de cada um de seus alunos, de acordo com suas especificidades, sem cair nas teias da educação especial e suas modalidades de exclusão.

A inclusão de alunos com deficiência na escola regular está associada nas possibilidades de se conseguir progressos significativos desses alunos na escolaridade, por meio da adequação das práticas pedagógicas à diversidade dos aprendizes, pois segundo Carvalho (2004):

Adota-se como um referencial filosófico dessa política a ideia de que a inclusão educacional é mais que a presença física, é muito mais que acessibilidade arquitetônica, é muito mais que matricular alunos com deficiência nas salas de aula do ensino regular, é bem mais que um movimento da educação especial, pois se impõe como movimento responsável que não pode abrir mão de uma rede de ajuda e apoio aos educadores, alunos e familiares.

A escola regular só consegue atingir esse sucesso, quando assume que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado, a aprendizagem é concebida e avaliada. Pois não apenas as deficientes são excluídas, mas também as que são pobres, as que não vão às aulas porque trabalham, as que pertencem a grupos discriminados, as que de tanto repetir desistiram de estudar. (YUS, 2002)

Mas ainda se tem um medo muito grande de como deve ser tratada e trabalhada a Inclusão escolar no ambiente educacional. É frequentemente percebido na escola a resistência de professores e diretores no que diz respeito a inclusão escolar. Isso se dá através de questionamentos e queixas ou até mesmo com expectativas de que se possa ter receitas prontas, de aplicação imediata causando certa decepção e frustração, pois elas não existem (Inclusão Escolar: Um Desafio Entre O Ideal E O Real, Marilú Mourão Pereira, Portal Educação).

O problema é maior quando vemos o professor totalmente dependente de apoio ou assessoria de profissional da área da saúde e não aceita buscar estratégias pedagógicas para se trabalhar com esse aluno, pois nesse caso, a questão clínica se sobressai e novamente o pedagógico fica esquecido. Com isso, o professor se sente desmotivado e incapaz, fora do processo de inclusão não sabendo como proceder com esse aluno, deixando-o muitas vezes de lado, sendo apenas auxiliado pelo segundo professor.

Parece que o professor está esquecendo do seu papel, porém não se considera o momento do professor, sua formação, as condições da própria escola em receber esses alunos, que entram nas escolas e continuam excluídos de todo o processo de ensino-aprendizagem e social, causando frustração e fracassos, dificultando assim a proposta de inclusão. Por um lado, os professores julgam-se incapazes de dar conta dessa demanda, despreparados, sem uma formação específica e adequada frente a essa realidade que se agrava pela falta de material adequado, de apoio administrativo e recursos financeiros.

No simples ato de falar, ou expressar-se em público, ou na própria sala de professores, pode-se notar certo desconforto e preconceito de lidar com a educação especial. Segundo Figueira, (1995) palavras são expressões verbais de imagens construídas pela mente. Às vezes, o uso de certos termos muito difundido e

aparentemente inocentes, reforçam preconceitos. Além disso, temos observado, o medo da mudança com a certeza do fracasso e medo da diferença onde se sentem ameaçados, os que provocam afastamento, o estigma e conseqüentemente o preconceito. O professor desconhece quem é este sujeito, suas possibilidades, seu desejos, suas dificuldades e limitações. Assim, mostrando qual é seu papel dentro do contexto escolar e inclusivo.

Papel do Professor Na Inclusão Escolar

Antigamente a profissão de docente era vista como um sacerdócio que significava ter uma identidade com orgulho profissional e de grande prestígio. Mas, acarretada pelas diversas mudanças sociais, econômicas e políticas ocorridas ao longo dos tempos, o perfil do educador acabou sendo alterado.

Segundo Esteve (1999), as mudanças sociais determinantes para o aumento das tensões sofridas pelos professores foram:

- a modificação do papel do professor e dos agentes tradicionais de integração social;
- as mudanças em torno de sua figura;
- a incerteza acerca dos objetivos do sistema educacional e da longevidade ou utilidade do conhecimento
- a deterioração da imagem do professor.

Dessa forma, apesar das limitações das renovações pedagógicas e da escassez da carência dos recursos materiais, os professores vêm sendo desafiados a cada dia a corresponder às novas expectativas projetadas. E os problemas se tornam mais graves ainda, ao professor que atua com alunos portadores de necessidades especiais.

A partir da LDBEN (1996), as escolas vêm recebendo alunos considerados normais e também aqueles com alguma deficiência, configurando um modelo de inclusão na educação brasileira. Para Glat (2001), “o momento educacional brasileiro é de democratização da instituição escolar. Nesse contexto, a educação inclusiva, que até há pouco tempo era considerada utopia, hoje vem consolidando-se como uma realidade”. Em grande medida, esse foi o momento da

democratização, mas não resultou ainda numa aproximação da educação especial ao ensino regular, pois esta é ainda historicamente complexa.

Como presenciamos diariamente em nossas escolas, o ensino regular aponta a falta de recursos e de infra-estrutura, as jornadas excessivas de trabalho, as péssimas condições de trabalho, os limites da formação profissional, a eficácia da metodologia aplicada, o despreparo para ensinar seus alunos, o número elevado de alunos por sala de aula, os prédios precários.

Porém, o fator mais importante, é a dificuldade a acessibilidade do aluno à sala de aula, que mesmo sendo amparada em lei, nem sempre existe, ou nem sempre é suficiente. Desse modo, é evidente que o processo de implantação da educação inclusiva exige muito mais do que o planejado, uma vez que o existente no papel, nem sempre é concretizado.

Neste sentido, acreditamos ser de extrema importância a formação dos profissionais atuantes nas áreas de educação inclusiva. É necessário que eles desenvolvam uma postura reflexiva e crítica por meio do conhecimento, que acabará proporcionando a sua atuação com responsabilidade e autonomia, concretizando assim, a construção de uma sociedade justa e democrática, pois é no seu dia-a-dia na escola, que o professor mais está envolvido com as crianças em situação de inclusão. Cabe a ele a responsabilidade maior pela educação e inserção da criança no contexto socioeducativo. Nesse sentido, a educação da criança com deficiência deve contemplar a compreensão do seu desenvolvimento singular e dos mecanismos compensatórios desenvolvidos por ela para que se possam elaborar estratégias pedagógicas eficazes e em conformidade com suas especificidades.

A compreensão desses mecanismos possibilitará ao professor a elaboração das intervenções pedagógicas que fortaleçam as condições de compensação do defeito e não apenas que minimizem as dificuldades por ele impostas (VIGOTSKI, 1997; SANTOS-LIMA, 2008). Sobre isso, Tacca, (2006) afirma que, na situação pedagógica, o professor deve relacionar os objetivos de ensino, os conteúdos e as estratégias pedagógicas de forma que essa relação possibilite aos alunos a aprendizagem dos conteúdos planejados e o educando deve ser inserido nesse planejamento para que sua aprendizagem não fique prejudicada.

As estratégias pedagógicas devem ser consideradas a partir do referencial das relações sociais estabelecidas em sala de aula, em particular a relação professor-aluno. Nessa perspectiva, a relação social é condição para a aprendizagem, pois oportuniza a criação de canais dialógicos que lhe oferecem a possibilidade de conhecer, adentrar e intervir no pensamento do aluno (TACCA, 2006)

Assim, entendemos que as estratégias pedagógicas do professor que busca promover a educação de crianças inclusas, respeitando o princípio da diversidade, devem valorizar as relações, os canais comunicativos, a alteridade e o conhecimento do outro em sua especificidade. O professor deve, com isso, “coordenar seus conhecimentos sobre a criança, sobre si e sobre o conhecimento com as exigências operacionais que trazem do contexto vivido” (TACCA, 2006)

O professor que deseja trabalhar com o aluno incluído, deve deixar de lado os tabus relacionados a inclusão. Isso requer o rompimento de barreiras impostas e forjadas no social, de modo que seja oferecido ao aluno o direito de ser reconhecido como um ser como qualquer outro. Requer a admissão do dever de promover a aprendizagem e o desenvolvimento, apesar das dificuldades pessoais, institucionais ou sociais que se apresentam.

Tudo isso implica um repensar ético, em que o professor assuma a responsabilidade pelo outro e que esse outro ocupe seu espaço único e ativo no processo educativo. Para isso, a formação continuada para os professores é de grande valia.

Mantoam (2006) mostra que, no geral, os professores são bastante resistentes às inovações educacionais, como a inclusão. A tendência é se refugiarem no impossível, considerando que a proposta de uma educação para todos é válida, porém, impossível de ser concretizada com muitos alunos e nas circunstâncias em que se trabalha, hoje, nas escolas, principalmente nas redes públicas de ensino.

A maioria dos professores têm uma visão ruim do ensino e de tudo o que ameaça romper o comodismo de trabalho prático que aprenderam a aplicar em suas salas de aula é rejeitado. Também reconhecemos que as inovações educacionais abalam a identidade profissional, e o lugar conquistado pelos professores em uma

dada estrutura ou sistema de ensino, atentando contra a experiência, os conhecimentos e o esforço que fizeram para adquiri-los.

Os professores, como qualquer ser humano, tendem a adaptar uma situação nova às anteriores. E o que é habitual, no caso dos cursos de formação inicial e na educação continuada, é a separação entre teoria e prática. Essa visão dicotômica do ensino dificulta a nossa atuação, como formadores. Os professores reagem inicialmente à nossa metodologia, porque estão habituados a aprender de maneira incompleta, fragmentada e essencialmente instrucional. Eles esperam aprender uma prática inclusiva, ou melhor, uma formação que lhes permita aplicar esquemas de trabalho pré-definidos às suas salas de aulas, garantindo-lhes a solução dos problemas que presumem encontrar nas escolas inclusivas. (POZO, 2002)

Em uma palavra, os professores acreditam que a formação em serviço lhes assegurará o preparo de que necessitam para se especializarem em todos os alunos, mas concebem essa formação como sendo mais um curso de extensão, de especialização com uma terminalidade e com um certificado que lhes convalida a capacidade de efetivar a inclusão escolar. Eles introjetaram o papel de praticantes e esperam que os formadores lhes ensinem o que é preciso fazer, para trabalhar com níveis diferentes de desempenho escolar, transmitindo-lhes os novos conhecimentos, conduzindo-lhes da mesma maneira como geralmente trabalham com seus próprios alunos. Acreditam que os conhecimentos que lhes faltam para ensinar as crianças com deficiência ou dificuldade de aprender por outras incontáveis causas referem-se primordialmente à conceituação, etiologia, prognósticos das deficiências e que precisam conhecer e saber aplicar métodos e técnicas específicas para a aprendizagem escolar desses alunos. Os dirigentes das redes de ensino e das escolas particulares também pretendem o mesmo, num primeiro momento, em que solicitam a nossa colaboração. (POZO, 2002)

Se de um lado é preciso continuar investindo maciçamente na direção da formação de profissionais qualificados, não se pode descuidar da realização dessa formação e estar atento ao modo pelo qual os professores aprendem para se profissionalizar e para aperfeiçoar seus conhecimentos pedagógicos, assim como reagem às novidades, aos novos possíveis educacionais.

Para uma aprendizagem de qualidade, deve-se propiciar a todos os alunos, em todos os níveis de ensino, o atendimento educacional especializado, quando necessário. Cabe a escola ensinar os conhecimentos acadêmicos e ao atendimento especializado assegurar a complementação de sua formação, através da Língua Brasileira de Sinais (Libras), do código Braille, uso de técnicas de comunicação alternativa, entre outros.

Na maioria dos casos, os professores encaminham os alunos com deficiência para a educação especial e para o reforço escolar, pois acreditam que através dessas alternativas os alunos recuperam ou adquirem as condições para estudar com os demais colegas sem deficiência.

A escola regular e o atendimento especializado devem andar de mãos dadas para beneficiar o aluno com deficiência. Há muitos casos de desrespeito aos limites de atuação e as funções e responsabilidades de seus professores, onde o professor especializado na rotina e nas práticas na sala de aula regular, ou então, a dependência do professor do ensino regular abandonando suas responsabilidades em relação ao aluno com deficiência, deixando-o sob responsabilidade do professor especializado.

É preciso ultrapassar o que vem sendo incentivado nos cursos de formações, ou seja, a realização de encontros formativos que terminem na simples defesa da educação como direitos de todos, ou que informam os princípios filosóficos e políticos da inclusão escolar e suas obrigações legais, precisa-se promover sua continuidade, com aprofundamento das reflexões e da formulação de proposições para construir alternativas de escolarização para todos.

Considerações finais

É necessária, uma mudança no padrão dos sistemas educacionais para que todos vejam a inclusão escolar com bons olhos. A ideia de uma sociedade inclusiva se fundamenta em um conceito que reconhece e valoriza a diversidade, como característica que liga à constituição de sociedade. Assim será a necessidade de garantir o acesso e a participação de todos, a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo.

Com isso a inclusão vem ao longo dos anos, buscando a não exclusão escolar e propondo ações que garantam o acesso e permanência do aluno com deficiência no ensino regular. No entanto, o medo de deixar de lado e isolar o educando é forte e permanente nas escolas e com todas as dificuldades, medos e desafios a enfrentar, acabam por reforçar o desejo de mantê-los em espaços especializados.

Portanto, as mudanças são fundamentais para inclusão, mas exige esforço de todos possibilitando que a escola possa ser vista como um ambiente de construção de conhecimento, deixando de existir a discriminação de idade e capacidade.

Para isso, a educação deverá ter um caráter amplo e complexo, favorecendo a construção ao longo da vida, e todo aluno, independente das dificuldades, poderá beneficiar-se dos programas educacionais, desde que sejam dadas as oportunidades adequadas para o desenvolvimento de suas potencialidades. Isso exige do professor uma mudança de postura além da redefinição de papéis que possa assim favorecer o processo de inclusão.

Segundo o texto “Inclusão Escolar: Um Desafio Entre O Ideal E O Real” de Marilú Mourão Pereira, situado no Portal da Educação, 2015:

Para que a inclusão seja uma realidade, será necessário rever uma série de barreiras, além da política e práticas pedagógicas e dos processos de avaliação é necessário conhecer o desenvolvimento humano e suas relações com o processo de ensino aprendizagem, levando em conta como se dá este processo para cada aluno; devemos utilizar novas tecnologias e Investir em capacitação, atualização, sensibilização, envolvendo toda comunidade escolar; focar na formação profissional do professor, que é relevante para aprofundar as discussões teóricas práticas, proporcionando subsídios com vistas à melhoria do processo ensino aprendizagem; assessorar o professor para resolução de problemas no cotidiano na sala de aula, criando alternativas que possam beneficiar todos os alunos; utilizar currículos e metodologias flexíveis, levando em conta a singularidade de cada aluno, respeitando seus interesses, suas ideias e desafios para novas situações; investir na proposta de diversificação de conteúdos e práticas que possam melhorar as relações entre professor e alunos; avaliar de forma continuada e permanente, dando ênfase na qualidade do conhecimento e não na quantidade, oportunizando a criatividade, a cooperação e a participação.

Dessa forma, para que o processo de inclusão escolar acontecer é preciso que haja uma transformação no sistema de ensino que vem beneficiar toda e qualquer pessoa, levando em conta a especificidade do sujeito e não mais as suas deficiências e limitações.

REFERÊNCIAS:

ÁRIES, P. História Social da Criança e da Família. 2ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BIANCHETTI, L. Aspectos históricos da apreensão e da educação dos considerados deficientes. In: BIANCHETTI, L.; FREIRE, I. M. (Org.) Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania. Campinas: Papirus, 1998.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro gráfico, 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BUENO, J. G. S. A Educação Especial na Sociedade Moderna: integração, segregação do aluno diferente. São Paulo: Educ, 1993.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

ESTEVE, J. M. O Mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores. Bauru: Edusc, 1999.

FERNANDES, S. Fundamentos para Educação Especial. Curitiba: IBPEX, 2007.

FIGUEIRA, E. A Imagem do Portador de Deficiência Mental na Sociedade e nos Meios de Comunicação - Ministério da Educação - Secretaria de Educação Especial.

Fonte: PORTAL EDUCAÇÃO - Cursos Online: Mais de 1000 cursos online com certificado: <http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/2284/inclusao-escolar-um-desafio-entre-o-ideal-e-o-real#ixzz36Lvg0FeO>

Fonte: PEDAGO BRASIL – Inclusão Escolar: Um desafio entre o ideal e o real <http://www.pedagobrasil.com.br/educacaoespecial/inclusaoescolar.htm>

GLAT, R. Prefácio. In: NUNES SOBRINHO, F.; NAUJORKS, I. M. (Org.). Pesquisa em educação especial: o desafio da qualificação. Bauru: Edusc, 2001.

LOPES, M. C. Inclusão como prática política de governamentalidade. In LOPES, M. C.; HATTGE, M. D. Inclusão Escolar: conjunto de práticas que governam. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

MANTOAM, M. T. E.e colaboradores. Integração de pessoas com deficiência - editora Memnon edições científicas LTDA, 1997.

MANTOAM, M. T. E.; PRIETO, R. G. Inclusão Escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

MARCÍLIO, M. L. História Social da Criança Abandonada. São Paulo: Hucitec, 1998.
POZO, J. I. Aprendizes e mestres: a nova cultura da aprendizagem. Porto Alegre: Artmed 2002.

SANTOS-LIMA, H. T. Investigação dos processos de aprendizagem: contribuições para uma intervenção pedagógica no âmbito das relações sociais. Brasília: 2008. 222f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

STOBAUS, C. D.; MOSQUERA, J. J. Educação Especial: em direção à educação inclusiva. São Paulo: Edipucrs, 2003.

TUNES, E.; BARTHOLO, R. O trabalho pedagógico na escola inclusiva. IN: TACCA, M. C. V. R. Aprendizagem e Trabalho Pedagógico. São Paulo: Alínea, 2006.

YUS, R. Educação Especial Uma Educação Holística para o século XXI, Tradução. Daisy Vaz de Moraes - Porto Alegre: Artmed, 2002.